

AMÉRICA LATINA NO OLHO DA TORMENTA MUNDIAL

Oswaldo Coggiola



RESUMO: A crise econômica atual, além das suas manifestações no campo político, vem acompanhada de novos rearranjos na política externa imperialista dos Estados Unidos, cuja última cena foi a eleição de Barack Obama e seu plano de governo voltada para a América Latina e, principalmente, Cuba. Após o período das reformas neoliberais a América Latina foi palco de experiências de “governos nacionalistas” de vários matizes e de movimentos sociais e populares antiimperialistas que precisam ser analisados a partir do novo contexto da crise mundial. Tratando-se da trajetória do movimento sindical e de partidos de esquerda e de centro-esquerda, estes novos “governos nacionalistas” produziram uma mudança na relação com suas bases históricas, a exemplo de Hugo Chávez, na Venezuela, e de Lula, no Brasil, e estabelecendo novas alianças com setores burgueses nacionais e internacionais para gerir o Estado burguês. No governo estas lideranças passaram a construir uma base de apoio personalista. A crítica mais radical contra o imperialismo associado ao capitalismo interno vem dos movimentos indigenistas na Bolívia, e o futuro de Cuba passa pela luta política interna e a luta de classes mundial.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Luta popular. Imperialismo. Crise econômica mundial.

ABSTRACT: The present economic crisis, besides its manifestations in politics, it is accompanied by new rearrangements in the imperialist foreign policy of the United States, which last scene was the election of Barack Obama and his plan of government toward Latin America and especially , Cuba. After the period of neoliberal reforms, Latin America was the scene of experiments of “nationalist governments” of various colors and anti-imperialist popular social movements that must be analyzed from the new context of world crisis. In the case of the trajectory of the union movement and party of the left and center-left, these new “national governments” produced a change in relation to their historical bases, like Hugo Chavez in Venezuela, and Lula in Brazil by establishing new alliances with domestic and international bourgeois sectors to manage the bourgeois state. In the government, leaderships began to build a base of personal support. The most radical criticism against imperialism associated with internal capitalism comes from indigenous movements in Bolivia, and the future of Cuba passes through internal political struggle and the world struggle of classes.

KEY WORDS: Latin America. Popular struggle. Imperialism. Global economic crisis.

A crise econômica mundial, e suas decorrências políticas, põem a América Latina no limiar de uma virada política de muito maior alcance do que aquela que, na virada do século, levou à ascensão dos governos de esquerda. O secretário de Estado de George W. Bush para América Latina (Thomas Shannon) foi confirmado no cargo por Barack Obama. Mais importante do que isso – um sinal claro de continuísmo (não esqueçamos que Shannon foi o “articulador à distância” da tentativa golpista contra Evo Morales) – foi o elogio a Shannon tecido pelo porta-voz da política externa do governo brasileiro. Shannon anunciou que dará uma nova oportunidade de reaproximação com os EUA à Venezuela de Chávez.¹ Os próprios Fidel e Raúl Castro teceram elogios à personalidade de Obama. Desenhar-se-ia assim o terreno de uma grande *entente* política, cuja realização, no entanto, apresenta os mesmos problemas da quadratura do círculo.² Evo Morales mandou para casa, em finais de 2008, o embaixador dos EUA na Bolívia, o *bushiano* Philip Goldberg, conspirador golpista internacional profissional, no apagar das luzes da administração do petroleiro texano.³

A possibilidade dos EUA pressionarem e intervirem abertamente no continente (seu “quintal” histórico) diminuiu e diminui ao ritmo de seu declínio econômico e da crise de sua intervenção militar em outras regiões (Oriente Médio, Ásia Central). Limitados para recorrer aos clássicos golpes militares, os EUA, já com Bush, passaram a usar na América Latina o chamado *soft power*,⁴ que inclui a maior vergonha do continente: a ocupação militar do Haiti por tropas “latino-americanas”, que realizam na desgraçada ilha do Caribe o serviço policial que os EUA, embrenhados até o pescoço no Iraque e no Afeganistão, estavam impossibilitados de fazer.

Barack Obama ordenou a desativação da prisão militar de Guantánamo (Cuba), centro de torturas do exército imperialista, mas nem cogita em devolver o território da base – que há mais de um século inspirou a mais cubana de todas as poesias a José Martí – a Cuba. Nem voltar atrás na reativação dos exercícios militares da IV Frota, encarregada do patrulhamento da costa atlântica de América Latina, *et pour cause*: a Frota Naval do comando militar dos EUA está de olho na descoberta de imensas reservas de petróleo e gás natural no mar brasileiro, numa faixa que se estende do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo, situada a 7 mil metros abaixo da superfície do mar, na camada pré-sal. Segundo estimativas, as reservas têm 50 bilhões de barris de petróleo e gás. As descobertas podem colocar o Brasil como detentor da terceira maior reserva do mundo, e, somadas às reservas da Venezuela, da Bolívia e do Equador, fortalecem a posição sul-americana em relação às potências econômicas. Por isso, as garras militares do imperialismo estão afiadas e prontas para o uso.

A bancarrota capitalista, porém, também mina as bases econômicas das experiências reformistas ou nacionalistas baseadas em concessões sociais, tornadas possíveis por uma conjuntura econômica internacional favorável, que hoje se volatiliza.⁵ Isso também afeta os governos “neoliberais”, agências diretas do capital financeiro internacional. América Latina entra em uma nova etapa de lutas nacionais e de classes. Toda a nossa história política esteve sempre ligada ou determinada pelas convulsões da economia e da política mundiais. A crise em curso irrompe na América Latina depois de uma série de bancarrotas capitalistas, crises políticas e levantamentos sociais, um terreno já preparado para uma forte tensão e instabilidade políticas.

O cenário político latino-americano esteve dominado, na última década, por profundas crises políticas e por enormes mobilizações de massas, classistas e antiimperialistas, em especial nos países andinos. E também pelos choques entre os governos nacionalistas “radicais” que surgiram dessas crises, e os EUA. A emergência da esquerda na América Latina é geralmente localizada em um período que se estende de 1998 (eleição de Chávez para a presidência da Venezuela) até 2008 (eleição de Fernando Lugo para a presidência do Paraguai, pondo fim a seis décadas de governo do Partido Colorado), passando pelas eleições de Lula, Michelle Bachelet, Evo Morales, Kirchner, Daniel Ortega, Rafael Correa (e sendo previsível, para o futuro imediato, a vitória eleitoral da FMLN em El Salvador). Essa “onda” de esquerda é também explicada pelo fracasso econômico dos governos neoliberais, seguidores da cartilha do FMI, sendo a bancarrota argentina de finais de 2001 seu exemplo acabado.

O processo foi mais complexo, e combinou a crise econômica com a perda de base política dos partidos tradicionais, nacionalistas ou “liberais”. O neoliberalismo, com as privatizações maciças, a pressão pela abertura profunda dos mercados, em especial os do ex “bloco socialista”, a estratégia do “Consenso de Washington”, foi a expressão da procura de uma saída para a massa de capital financeiro internacional acumulado desde antes da crise dos anos setenta. Não era uma “ofensiva”, mas uma política de crise, o que explica privatizações absolutamente aventureiras, como as dos serviços de água de Peru e Bolívia, que desencadearam rebeliões populares massivas. Foi o impasse histórico do capital a escala internacional o que deu a base para uma virada política de grande amplitude, com a

emergência de processos de autonomia nacional, incluindo (em especial nos países andinos) o papel inédito das massas camponesas e indígenas. Na emergência desses processos confluiu a derrubada dos partidos políticos tradicionais, que foram a garantia da estabilidade capitalista durante décadas, com a crise mundial das relações econômicas capitalistas.

A crise política dos governos neoliberais (identificados com a estabilização monetária baseada na âncora cambial, ou na dolarização) remonta a, pelo menos, uma década antes da ascensão da esquerda. Ela já estava presente no “caracazo” venezuelano de 1989, nas *puebladas* argentinas de início da década de 90, na tentativa golpista do coronel Hugo Chávez em 1992,⁶ no levantamento camponês-zapatista de 1994 (ano, também, do “efeito tequila”, com a brutal fuga de capitais e desvalorização do peso mexicano), e muitas outras lutas espalhadas pelo continente. As frágeis bases econômicas dos governos neoliberais, que sucederam às ditaduras militares (e que faziam da “democracia” reconquistada sua bandeira de sustentação política) não resistiram à turbulência econômica mundial da década de 1990, e à sua erosão provocada pelo aguçamento da luta de classes em cada país.

O processo revolucionário não achou de imediato, como nunca acontece, a expressão política adequada ao movimento histórico que representa, sendo submetido a um choque de tendências, criado pela crise mundial e pela crise das relações internacionais, no Mercosul, no CAN (Comunidade Andina) e na América Central, ou na questão dramática da imigração ilegal entre México e os EUA. Dessa crise surgiu, na América Latina, uma experiência política única em sua história, combinando a emergência de governos

nacionalistas militares ou indígenas, com apoio da esquerda, com a instalação de governos de centro-esquerda (ou “progressistas”) integrados pela esquerda histórica, como no caso do governo do PT no Brasil ou o da Frente Ampla no Uruguai. O marco histórico recente da radicalização política na América Latina foi a crise revolucionária desatada na Argentina a partir de dezembro de 2001, que combinou a bancarrota capitalista com uma reação excepcional e organizada das massas populares. Em seu rasto se produziram a vitória eleitoral de Lula e o PT no Brasil, em finais de 2002; as insurreições populares na Bolívia, em 2003 e 2005, a eleição de Evo Morales nesse país; a radicalização do processo venezuelano que, graças à importância petroleiro-energética do país caribenho – sul-americano, ganhou projeção continental e mundial; a continuidade, em fim, da luta guerrilheira na Colômbia.

Os primeiros meses do século XXI testemunharam um aprofundamento da luta de classes, de crises políticas de fundo e uma febril intervenção política dos EUA. O levantamento indígena-camponês em Equador que provocou a queda de Mahuad; a longa e combativa greve dos estudantes da UNAM (Universidad Nacional Autónoma) no México; as grandes mobilizações contra Fujimori no Peru; as massivas mobilizações de camponeses sem terra no Brasil e no Paraguai; as greves gerais e as mobilizações dos “piqueteiros” na Argentina; a “guerra da água” em Cochabamba (Bolívia), que rapidamente se converteu em rebelião nacional, estendendo-se até às bases policiais, que se sublevaram em La Paz; a rebelião contra a privatização da eletricidade na Costa Rica, a *pueblada* contra os “tarifários” em Honduras; todas essas mobilizações e crises políticas formavam um quadro

radicalizado na América Latina. A onda de mobilizações populares não enfrentava ditaduras militares, mas os regimes “democráticos” desenhados pelos EUA e as burguesias locais. Nesses processos surgiram formas de organização avançadas de luta, em especial no Equador, Bolívia e Argentina. Em Equador, sobre a base do levantamento de 21 de janeiro de 2000, se conformou um Parlamento Popular. Na Bolívia, a *Coordinadora por el Agua y la Vida* centralizou a rebelião de Cochabamba; em setembro de 2000 uma luta nacional camponesa comoveu o país. Na Argentina, greves gerais e o ascendente movimento “piqueteiro” generalizaram a arma dos piquetes e cortes de estrada.

O período de maior mobilização política continental se registrou entre 1999 e 2003, ou seja, até a insurreição boliviana que derrubou o governo de Gonzalo Sánchez de Losada, que pretendia vender a preço vil o gás e o petróleo bolivianos a companhias dos EUA. Nesse período houve novas insurreições equatorianas, a derrota do golpe “esquálido” (pró-EUA) na Venezuela; depois, o fracasso do *lock out* patronal petroleiro nesse país e, sobretudo, o *argentino* de dezembro de 2001. Logo depois grande parte da esquerda, mas de modo algum obedecendo a uma estratégia única, chegou ao governo de seus países, diretamente ou em coalizões, propulsada pela crise política e a bancarrota econômica continentais. As burguesias locais e os próprios EUA tiveram que aceitar a mudança política, a “virada à esquerda”, que antes denunciavam como o início do fim do mundo.

As mobilizações precedentes tinham, objetivamente, um caráter revolucionário. Diante da ascensão dessa heterogênea esquerda, o mexicano Jorge Castañeda (ex ministro do “presidente Coca-Cola” do México, Vicente Fox) buscou acalmar os

ânimos (assustados) dos porta-vozes e defensores do “capitalismo globalizado”, afirmando que, na realidade, havia duas esquerdas na América Latina: a primeira “com raízes radicais, é hoje moderna e aberta”, a segunda seria “fechada e fortemente populista” (nem é preciso dizer de quem ele estava falando). E concluía recomendando ao governo dos EUA “uma ação mais ousada, uma abordagem de estadista”, que consistiria em “fomentar a esquerda correta”, “distinguir a esquerda sensata da irresponsável, apoiar a primeira e conter a segunda”. Para George Bush, que destravara as negociações sobre a ALCA junto com o presidente Lula, tomando nota de seu papel moderador (assim como de Kirchner) na Venezuela e na Bolívia, isto não era novidade.

Mas, depois de um período de enfrentamentos locais e internacionais, os regimes mais “radicais”, o bolivariano e o indigenismo andino, chegaram a (instáveis) compromissos internacionais e com a burguesia local, disciplinando a rebelião popular: Chávez chamou os venezuelanos a “voltar para casa”, depois da derrota do golpe direitista de abril de 2002, evitando a mobilização popular, durante o *lock out* petrolero ulterior. O ímpeto popular espetacular nos países andinos foi contido para garantir a estabilidade do Estado. As chancelarias das metrópoles imperiais, e algumas latino-americanas (Brasil e Argentina, principalmente) desenvolveram uma pressão ativa para que os “nacionalistas radicais” contivessem os processos populares.

Isto foi também possível porque, a partir de finais de 2002, a retomada do comércio externo e da produção local, junto com o crescimento dos recursos fiscais, graças a um ciclo comercial internacional favorável às matérias primas latino-americanas, serviu ao conjunto dos

governos da região (inclusive os neoliberais) para lubrificar os antagonismos sociais. Desde 2003-2004 se produziu, de conjunto, um refluxo na mobilização de massas. Os governos nacionalistas conseguiram administrar e canalizar a pressão popular para neutralizar a oposição de direita, como fez Evo Morales com o bloqueio indígena e camponês de Santa Cruz de la Sierra, em resposta ao levantamento golpista-separatista dos prefeitos da Meia Lua do Oriente boliviano. Até hoje, os regimes nacionalistas propiciam mobilizações para equilibrar as pressões da direita local, quando têm confiança de que podem enquadrá-las dentro de certos limites. Abriu-se, desse modo, uma espécie de coexistência, mais ou menos pacífica, mas também mais ou menos instável, entre os imperialismos dos EUA e da Europa e os governos nacionalistas.

O governo de Lula tem sido a engrenagem mais importante dessa coexistência. Os EUA, já a partir de Bush (isto é, sem esperar a Obama, que vai dar continuidade a essa política) respaldou o método da domesticação dos movimentos nacionalistas (em vez dos golpes cívico-militares, como num passado ainda bem recente) para breçar as crises revolucionárias do período precedente. A Frente Popular do PT, no Brasil, foi peça decisiva no desenho da política norte-americana na América do Sul, por ter desmobilizado o proletariado brasileiro (contrapesando assim, pelo enorme peso econômico e político do Brasil, e pela projeção simbólica continental da figura do ex metalúrgico, as lutas populares em outras nações), e por ter intervido ativamente na contenção da radicalização “andina”, o que não lhe poupou certos conflitos derivados dos interesses específicos do Brasil nesses países

(especificamente com Bolívia, Equador e Paraguai). A burguesia brasileira e os capitais estrangeiros instalados no Brasil investiram pesadamente nas nações vizinhas, em especial em petróleo, obras públicas e siderurgia, e por isso se viram obrigados a desenhar sua própria política nesses países, em função de seus interesses (multi)nacionais.

Quando se afirma que o governo Lula faz uma espécie de “meio de campo” entre os EUA e os regimes “radicais” (Chávez, Evo ou Correa), função que serviria como “escudo protetor” destes últimos diante do colosso do Norte, está se dizendo muito mais do que se pensa. A função de intermediário, no mundo real, nunca é neutra. O termo “meio de campo” designa, assim, o que, em tempos de menor genuflexão ideológica, era vulgarmente chamado de “bombeiro”. Ricardo Sennes, escrevendo para uma revista do *establishment* imperial, chamou as relações Brasil-Estados Unidos de “um acordo tácito”.

A fase de relativo refluxo das lutas populares latino-americanas, a partir de 2004, condicionou a sucessão presidencial no México e a comuna de Oaxaca;⁷ e a crise e reinício de grandes lutas estudantis e mineiras no Chile (onde, em novembro de 2008, houve uma formidável greve dos 400 mil funcionários públicos) e no Peru, que estenderam o cenário da mobilização. A experiência mexicana marca provavelmente o declínio do PRD (Partido da Revolução Democrática) e do zapatismo mexicanos, que não conseguiram desenvolver a vasta oposição popular ao escândalo da fraude eleitoral que levou Calderón ao governo, e de tirar do isolamento o levantamento popular em Oaxaca. No Chile, as lutas estudantis e as greves mineiras foram isoladas pela burocracia da CUT, do partido comunista. No quadro de refluxo, sob as

ordens de Álvaro Uribe, os militares colombianos ultrapassaram a fronteira equatoriana e mataram 17 guerrilheiros, entre eles Raúl Reyes, tido como o número dois das FARC, que se empenhou nas libertações de reféns políticos. Os presidentes Rafael Correa e Hugo Chávez enviaram tropas para a fronteira com a Colômbia. Correa caracterizou a operação do exército de Uribe como “a pior agressão que o Equador já sofreu da Colômbia” e solicitou uma reunião de emergência da Organização de Estados Americanos (OEA) e da Comunidade Andina de Nações (CAN) para tratar do assunto. Uribe era o principal aliado de George W. Bush na região, defendendo os acordos de livre-comércio e com laços estreitos com o Pentágono, em operações como o Plano Patriota e Plano Colômbia, embora fossem mais que conhecidas suas ligações com narcotraficantes e grupos paramilitares.

Os dados da conjuntura política latino-americana começaram a mudar drasticamente com a crise econômica mundial. Transcorrida mais de uma década, as experiências nacionalistas fracassam na tentativa de estruturar um Estado nacional independente, e de iniciar um processo de industrialização capitalista autônomo, destruindo a supremacia do capital financeiro. Não criaram uma burguesia nacional, nem estruturaram uma etapa de transição nesse sentido, sob hegemonia do Estado. Em vez disso, criaram uma “boliburguesia” (chamada na Venezuela de “boligarcas”),⁸ ou o “capitalismo de amigos” da família Kirchner, através da burocracia governamental (que sangram financeiramente o Estado). Nas nacionalizações realizadas, os capitalistas (externos e internos) receberam fortes compensações, até maiores do valor em Bolsa de Valores de seus capitais. Em nenhum caso revolucionaram a gestão

econômica, através do controle ou gestão coletiva da propriedade nacionalizada. As nacionalizações não tocaram os bancos, a gestão capitalista da economia geral. O uso dos recursos fiscais extraordinários para compensar os capitais nacionalizados acabou bloqueando a possibilidade de um desenvolvimento econômico independente. O capital estrangeiro, forçado a sair da esfera industrial, retornou sob a forma de capital financeiro, usando as indenizações para a compra da dívida pública.

Os projetos de “união latino-americana” agitados pelo nacionalismo tampouco vão muito longe, e até retrocedem. Para Eduardo Gudynas: *“La Comunidad Andina aparece fracturada por aquellos que apuestan a los tratados de libre comercio (Colombia y Perú) y los que buscan un camino alternativo (Ecuador y Bolivia). El comercio dentro de la CAN se ha mantenido en la modesta franja del 10% del total de las exportaciones (el más bajo en toda América Latina); no logra conformarse una zona de libre comercio efectiva, y hay muchas dudas sobre su capacidad para negociar como un bloque frente a la Unión Europea. En el Mercosur también existen tensiones (la más conocida entre Argentina y Uruguay, y la más reciente entre Brasil y Paraguay) el comercio entre los socios se ha mantenido alrededor del 15% de las exportaciones totales. Parece ser que no se aprobará el Código Aduanero, mientras que las últimas propuestas argentinas de protección comercial fueron rechazadas por los demás socios. El Mercado Común Centroamericano tiene algunos problemas similares, y está tensionado por el tratado de libre comercio con los Estados Unidos. Como por un lado los cuatro socios de la CAN, y por el otro los cuatro miembros plenos del Mercosur, navegan entre las más diversas tensiones y conflictos, inevitablemente esta*

problemática se repite dentro de la Unión de Naciones de Suramérica (UNASUR) (que) es la continuación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, y supuestamente sería la profundización de aquel proyecto como una “unión”. Pero un examen desapasionado deja en evidencia los contrastes, ya que su tratado constitutivo renuncia a varios de los propósitos originales de la Comunidad Sudamericana. Si bien los gobiernos aceptaron usar el título de “Unión de Naciones”, postulado por Hugo Chávez, el resultado final es más modesto... Un consejo de defensa sudamericana (algo así como una OTAN regional), dista mucho de las demandas de la sociedad civil por “otra integración”... La mayoría de los gobiernos son progresistas y defienden fuertes discursos integracionistas, pero a la vez mantienen viejas formas de nacionalismo, apelando a modelos de desarrollo convencionales de base extractivista, cayendo en competir en los mercados globales y en disputas fronterizas por el manejo de recursos naturales. Esto se está convirtiendo en un obstáculo muy importante para la integración... No se puede plantear una “unión” entre países; si todos ellos exportan materias primas hacia los mercados globales y en la práctica no tienen políticas productivas comunes. La idea de “América Latina y el Caribe”, como espacio de integración, en los últimos años cayó a un segundo plano. La UNASUR, como el más ambicioso programa de integración en la región, carga con la limitación de contribuir al desvanecimiento de la aspiración de una integración que cubra toda América Latina y el Caribe”.

Ou seja, o nacionalismo burguês ou pequeno burguês não consegue superar as limitações localistas e a concorrência mútua das burguesias do continente. A proposta de “integração dos exércitos”, por

outro lado, é reacionária: por mais nacionalistas que (circunstancialmente) sejam, as castas militares não deixam de ser um corpo alheio a qualquer controle social, e até a qualquer controle real por parte das instituições ditas representativas.

Os sucessos econômicos da última década, quando, segundo os próprios *experts* da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), “América Latina viveu uma grande festa macroeconômica”, foram relativos. Houve altas taxas de crescimento, inflação reduzida aos menores patamares históricos e orçamentos equilibrados ou até com superávits. Ao mesmo tempo, 40 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza (pelo menos estatisticamente) durante os últimos cinco anos.⁹ O retrocesso da pobreza foi especialmente importante no Brasil, onde os programas sociais “focalizados” permitiram uma diminuição significativa da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com uma trajetória pouco alterada da concentração de renda e, ao mesmo tempo, com uma diminuição da renda média, uma diminuição também da remuneração média do trabalho assalariado, e um grande incremento das fontes de renda não vinculadas ao trabalho, nas camadas mais pobres. A política geral do governo Lula não provocou uma inflexão na tendência histórica: a remuneração do trabalho tem um peso na renda nacional de 39,1%; em inícios da década de 1980, ela superava 50%. As condições criadas, de retrocesso relativo da pobreza mais acentuada, se encontraram vinculadas ao desempenho econômico da conjuntura, muito mais que a mudanças de natureza estrutural na produção e na distribuição de renda. A constituição, finalmente, de uma população cuja sobrevivência depende de programas oficiais de ajuda social, não incorporados à estrutura institucional do

país, se configurou como um paliativo de base instável.

A principal das reformas distributivas do governo Lula, a reforma agrária, foi frustrada. Entre 2003 e 2007, o governo Lula assentou 163 mil famílias referentes a novos assentamentos: cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias (meta conservadora criticada pelos movimentos camponeses) que tinha prometido. Não cumpriu também a regulação fundiária de 500 mil posses, pois regularizou só a situação de 113 mil famílias, atingindo 23% da meta. Há também 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos, e a inclusão de cerca de 2 mil famílias referentes a reassentamentos de atingidos por barragens, o que não se trata de reforma agrária.

O início “oficial” da crise mundial, em 2008, no entanto, multiplicou as declarações otimistas dos governos. América Latina encararia a crise mundial com mais de 75% do PIB regional com classificações de risco de crédito dentro do “grau de investimento”, algo nunca ocorrido no passado. Em 2008, a região apresentava solvência, com 70% de sua dívida coberta por reservas internacionais - patamar bem acima dos índices verificados no Leste Europeu, por exemplo. Durante o período 2003-2007, América Latina recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros, superior a US\$ 300 bilhões. Suas multinacionais lançaram-se a outros mercados comprando importantes ativos, inclusive em países desenvolvidos.

Um fator muito alardeado foi a redução drástica das dívidas denominadas em dólares. Mas isto ocultou a natureza real do processo econômico, já embutida na valorização monetária propiciada pela “estabilização”. A dívida externa foi

“zerada”, a partir do fato de que as reservas internacionais do país superaram o montante da dívida externa, pública e privada, o que criou a fantasia da superação da dependência financeira externa. Mas o endividamento assumiu outras características. O endividamento de um país escancarado financeiramente à livre movimentação cambial de empresas estrangeiras e nacionais, não pode ser aferido apenas pela dívida externa formal, em títulos e contratos do governo e de empresas privadas. A dívida real, passível de ser saldada com moeda conversível, deve ser avaliada em conjunto com a situação da dívida interna em títulos públicos, a dívida mobiliária federal, por ser hoje viável a troca de títulos da dívida externa por papéis da dívida pública do Tesouro brasileiro, o que, além de muito lucrativo para os credores desses papéis, é prejudicial para as finanças públicas. Um título público brasileiro, que vence em 2045, oferece 7,5% de interesse por cima da inflação, o mesmo título do Japão paga somente 1%; tomar emprestado em Tóquio para investir em São Paulo converteu-se no “negócio da China” para os bancos que operam no Brasil. As quedas espetaculares que afetaram o Bovespa, em reação às quedas internacionais, foram e são a manifestação da vulnerabilidade financeira do país. A revalorização do *yen*, nos últimos meses, encareceu os empréstimos que alavancam os investimentos no Brasil. A demolição dos “mercados emergentes”, Brasil incluído, está em curso.

Antes, houve uma expressiva formação de reservas internacionais pelo Brasil, em decorrência dos saldos comerciais obtidos pela alta de preços - puxada pelo crescimento da demanda mundial de *commodities* - de produtos com forte peso nas exportações, e também pelo fato da taxa básica de juros brasileira - base da remuneração dos títulos públicos - ser

muito elevada. Isto fez com que houvesse interesse dos investidores externos em negócios com os papéis da dívida pública brasileira. Alimentou também a ciranda financeira: tornou-se excelente negócio - para grandes investidores - captar recursos no exterior, a taxas mais baixas, e aplicar esses recursos, a taxas mais elevadas, na dívida pública interna. O governo Lula isentou os fundos institucionais estrangeiros, que aplicassem recursos em títulos públicos, do imposto de renda sobre os rendimentos. Com isso, aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevadíssimo: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna em títulos cresceu sem parar, ultrapassando R\$ 1,3 trilhão, inviabilizando o orçamento público como fonte de recursos para o Estado e para a realização de investimentos na infraestrutura e nas políticas sociais.

Com a expressiva entrada de dólares no país, e a conseqüente valorização do real, tornou-se bom negócio para as empresas privadas anteciparem os pagamentos de dívidas acumuladas em moeda estrangeira, e o acúmulo de reservas teve um custo elevado para o Estado. O passivo externo do país é maior do que aparece. Com a abertura financeira, assistimos também uma acelerada desnacionalização das empresas. Os lucros e dividendos são crescentemente transferidos ao exterior. Com o barateamento das importações e as exportações menos competitivas, os resultados das contas externas começam a apresentar uma inflexão importante já em 2007, com um déficit - o primeiro desde 2003 - de US\$ 1,17 bilhão. O Brasil voltou a apresentar déficit nas transações correntes em 2008, US\$ 4 bilhões.

Com a crise, as contradições ocultas aparecem. Todas as grandes economias da OCDE estão em recessão, e a Ásia, em desaceleração. As economias latino-americanas começam a se aproximar da inadimplência, em especial no âmbito empresarial. A crise mundial possui mecanismos diretos de transmissão, vinculados à contração da demanda mundial: o comércio externo e as matérias-primas.¹⁰ Do ponto de vista comercial, a dependência da região em relação aos EUA e Europa, regiões que estão em recessão, é grande. Mais de 65% das exportações latino-americanas dirigem-se a essas duas regiões,¹¹ com o restante indo para a Ásia e para parceiros regionais. Alguns países latino-americanos estão mais expostos, o caso do México, cujo comércio é totalmente dependente dos EUA (que consome 85% de suas exportações). E as economias continuam muito dependentes da venda de matérias-primas (que representam mais de 60% das exportações da América Latina), todos os países ver-se-ão afetados negativamente pelas baixas do petróleo, do cobre ou da soja.

As contas nacionais paulatinamente irão se ressentir de arrecadações menores. E a situação do mercado mundial consente cada vez menos uma saída baseada num novo ciclo de endividamento. Os fluxos de remessas, aplicações e investimentos diretos estão em queda, enquanto as emissões de títulos de dívidas a serem realizadas em 2009 deverão ser dominadas pelos países da OCDE (estima-se que os EUA poderão lançar mais de US\$ 2 trilhões, dentro de um total de US\$ 3 trilhões na OCDE), deixando pouco (ou nenhum) espaço para os “emergentes”. A dependência financeira da região é a sua grande vulnerabilidade, somada ao escasso desenvolvimento do mercado interno e à crescente fuga de capitais, vinculada aos

mecanismos generalizados de “desalavancagem” e de aversão ao risco, que provocam uma fuga em direção aos ativos e países “mais seguros”, um fator de crise ligado ao setor bancário (nos anos 90, considerou-se que a forte internacionalização do sistema financeiro era positiva para fugir das crises: hoje verifica-se exatamente o contrário...)

Nos países favorecidos pelas exportações de combustível (gás e petróleo), o nacionalismo usou as nacionalizações, não para transformar os trabalhadores em classe dominante, mas, como no passado, para impedir sua organização independente, e submeter suas organizações à tutela do Estado. Na Venezuela, o governo se empenhou em estatizar o movimento sindical. As nacionalizações parciais serviram como pretexto, em setores sindicais e da esquerda, para abandonar a independência de classe e somar-se ao Estado nacionalista. A greve da Sidor (siderúrgica privada), em maio de 2008, foi a grande oportunidade da classe operária venezuelana para lançar um sindicalismo independente do Estado, o que precipitou a decisão do governo de nacionalizá-la parcialmente (com compensação financeira aos seus proprietários) para neutralizar o movimento operário e domesticar sua organização.

A criação de cooperativas ou de “empresas de gestão social” mascara a exploração capitalista e conclui reforçando a taxa média de exploração, pois os salários, métodos de trabalho e direitos sociais são inferiores aos da grande indústria. Coisa semelhante acontece com as “empresas recuperadas” da Argentina, obrigadas a pagar indenizações aos antigos donos, e carentes dos direitos sociais e sindicais da empresa capitalista. Submetidas ao Estado nacionalista-caudilhistas, as nacionalizações parciais (e compensadas) e as “ilhas de

autogestão” (que devem competir comercialmente com as empresas capitalistas) concluem reforçando o próprio capitalismo e a exploração. A maior parte da esquerda latino-americana, inclusive a “radical”, esqueceu que as nacionalizações são revolucionárias quando modificam as relações de classe e estruturam o proletariado como classe na execução da transformação social, ou seja, quando são degraus da reorganização da sociedade sobre novas bases, socialistas. A soma de estatizações não constitui, *per se*, um programa revolucionário ou socialista. A crítica operária e de esquerda a Chávez e Morales existe e é um fator político e ideológico na Venezuela e na Bolívia, mas é mal compreendida no Brasil, onde a propaganda retrógrada da *Veja* e da Rede Globo apresenta os líderes andinos como uma mistura selvagem e indígena de Lênin, Trotsky e Che Guevara.

Certamente, a nacionalização integral das principais alavancas de desenvolvimento, em primeiro lugar os recursos naturais e energéticos, são a pré-condição para qualquer integração latino-americana que não seja um instrumento da competição entre os monopólios do “Primeiro Mundo” (como a falida ALCA, ou o próprio Mercosul). Sem essa condição, os projetos unificadores (como o gasoduto do sul) não saem do papel. As nacionalizações realizadas, parciais, foram condicionadas favoravelmente pelo aumento dos preços do combustível, a possibilidade de distribuir a renda diferencial entre o capital externo e o Estado. Havia (até sobrava) dinheiro para satisfazer todo mundo. Mas não serviram para modernizar a exploração, consumindo o capital investido.

Venezuela e Bolívia impulsionaram importantes campanhas de saúde e de educação (que nunca seriam feitas pelas

velhas oligarquias desses países), mas não avançaram em sentar as bases econômicas da autonomia nacional, para sustentar a longo prazo os planos populares e os programas sociais. Concluíram dilapidando a renda extraordinária (diferencial) da produção mineira, na crença de que os preços internacionais não cairiam nunca. A nacionalização parcial, na Bolívia, das três principais jazidas petrolíferas, não só preservou os “direitos adquiridos” pelos monopólios multinacionais que as detinham,¹² também fracassou em manter os investimentos previstos e aumentar a produção. Os estados latino-americanos não têm condições de substituir o capital externo se não procederem, simultaneamente, a estruturar um novo Estado operário e camponês, que mobilize a população explorada. A queda dos preços dos hidrocarbonetos, como consequência da crise mundial, faz entrar em crise as nacionalizações parciais, e abre a via para uma nova etapa de concessões aos monopólios multinacionais.

O ciclo de grandes arrecadações fiscais está concluindo. As limitadas reformas fiscais, com aumento dos impostos sobre o petróleo e o gás, ofereceram uma vantagem passageira no marco de preços internacionais elevados. A crise mundial ameaça em especial o governo nacionalista de Equador, cujo petróleo financia, não só a economia nacional, mas também a dolarização, até agora mantida. Para mantê-la, Correa começou um recorte de importações, e uma moratória da dívida externa (pela primeira vez um governo de América Latina declarou o caráter ilegítimo e imoral da dívida). Mas um desconhecimento da dívida usurária e ilegítima seria incompatível com a dolarização. No passado, as crises capitalistas mundiais serviram como marco para o surgimento de movimentos e

governos nacionalistas (Vargas ou Perón, por exemplo). Hoje, numa etapa de bancarrota generalizada e internacional, a crise revela de cara as limitações desse tipo de governos.

E, acuado pela crise, o nacionalismo (inclusive “radical”) evidencia seu lado retrógrado. Os movimentos nacionalistas fazem confusão entre o poder pessoal e o poder das massas, as quais governariam através de seu “líder”, transformado em “intérprete” dos explorados e da nação: “Neste ponto, o nacionalismo antiimperialista (relativamente progressivo) se assemelha ao fascismo. O poder pessoal, no entanto, bloqueia a evolução das massas em direção da consciência de classe, de sua situação e papel na história, e é uma expressão das contradições dos movimentos nacionalistas: representa a tentativa de superar através da arbitragem pessoal as contradições entre as diversas classes sociais que dele fazem parte. Por isso tem um caráter disciplinador, acrescentando à liderança política o monopólio dos meios do Estado. O poder pessoal nacionalista atua em função de sua auto-perpetuação,¹³ subordinando os interesses das massas às necessidades do poder bonapartista.¹⁴ A armadilha política consiste em que as condições da luta não mais são determinadas pelos interesses objetivos e disposição subjetiva das massas, sendo ditadas pelas exigências de perpetuação no poder da liderança. Os trabalhadores venezuelanos tiveram que suportar, em dezembro 2007, uma derrota em uma batalha que não tinham escolhido, o referendun constitucional convocado por Chávez. Este método anti-classista explica que o PSUV (Partido Socialista Único da Venezuela) chavista tenha sido desde seu início um aborto político, e atualmente um cadáver insepulto”.¹⁵

No Brasil, a substituição do método socialista (a liderança baseada em um programa) pelo caudilhista (o “líder” é o próprio programa) só serviu para que Lula ganhasse margem de manobra para se aliar ao capital internacional e se transformar em sócio estratégico dos EUA, e derrotar à esquerda do PT, fortalecendo a base social de Lula, a burocracia sindical. Diante da crise, a burocracia sindical latino-americana carece de independência política, situando-se no esteio das políticas de salvação do capital praticadas pelos governos, inclusive “progressistas”. Não defende um programa próprio, propondo, por exemplo, a nacionalização e o controle operário das empresas falidas. As centrais sindicais sul-americanas pediram aos chefes do Estado da região que exigissem garantia de manutenção de empregos das empresas que vêm recebendo apoio governamental (isto é, dinheiro do contribuinte para salvar os capitalistas falidos) para “enfrentar a crise financeira internacional”: as chamadas “contrapartidas sociais” estão no centro do documento final da Cúpula Sindical da América Latina, realizada recentemente em Salvador (BA).

Enquanto isso, na Argentina as multinacionais estão “expatriando” capitais (isto é, levando-os para sua própria “pátria”) com a cumplicidade do governo, e ao mesmo tempo demitem milhares de trabalhadores (na maioria dos casos sem indenização), exatamente as empresas que mais fizeram fortuna com os Kirchner: bancos, montadoras de automóveis, produtoras de alimentos. O matrimônio Kirchner recortou as indenizações trabalhistas, um presente para sua fantasmagórica “burguesia nacional”, duas semanas antes da vitória eleitoral de Cristina. Em diversas províncias (Córdoba, Santa Fe, Buenos Aires) há grandes lutas

contra as demissões, com greves e ocupações de fábricas. A polícia não consegue reprimir todas as lutas, por isso o dirigente da CGT, Moyano (o braço sindical de Kirchner) oferece seus serviços, apreendidos na “triple A” (bandos fascistas peronistas organizados na década de 1970), organizando, em cada sindicato controlado pela burocracia, bandos de capangas armados que percorrem os locais das lutas, intimidando e atacando trabalhadores em luta: metrô, INDEC (o IBGE argentino), Hospital Francês, Cassino de Buenos Aires, as grandes montadoras e a indústria láctea.

Nos países andinos, embora o movimento “bolivariano” tenha sido o de maior repercussão internacional, a peculiaridade do nacionalismo é o indigenismo, o protagonismo das massas rurais deslocadas às cidades, onde ocuparam (política e socialmente) o lugar ocupado no passado pelo proletariado industrial. As ideologias indigenistas compreendem um vasto arco, desde o retorno ao Inkário até a preservação das comunidades rurais originárias a partir de sua base produtiva (a pequena propriedade). Mas foi a pequena burguesia urbana a que impôs à massa indígena seu programa, o chamado “capitalismo andino”, que postula o entrosamento do passado agrário pré-capitalista com o capitalismo “global”, através da mediação do Estado. Assim, frustraram-se as promessas de uma revolução agrária. Na nova Constituição boliviana se estabelece a preservação dos direitos adquiridos pelos grandes proprietários, ou seja, a supremacia do capital *terratiente* da soja no Oriente, e a concentração do grande capital agrário na região andina (o *altiplano*, ou planalto). Desse modo pactuou-se, em nome da “soberania alimentar” (baseada na produção de subsistência) e da preservação do meio ambiente, com os interesses

capitalistas agrários exportadores, e com a produção contaminante pelo uso de agrotóxicos.¹⁶

A CGTFB (Confederação Geral de Trabalhadores Fabris da Bolívia) pronunciou-se acerca do referendium que deu a vitória à nova Carta, reconhecendo que na nova Constituição se incluem direitos conquistados pela luta operária na última década: *“La burguesía fascista, con sus partidos, sus líderes, sus comunicadores, sus curas y pastores, sus embajadores, sus empresarios, sus paramilitares, sus cuerpos de choque, etc., que en su momento intentaron derrocar al gobierno nacionalista, ahora impulsa una campaña por el No, que tiene como objetivo rearticular sus fuerzas y prepara futuras batallas políticas. Los trabajadores no nos dejaremos confundir con la maldita propaganda que se viene destilando por los medios de comunicación social, que exacerba las tendencias más reaccionarias de la sociedad boliviana. Los trabajadores fabriles de Bolivia, consideramos que los fascistas han sido derrotados por la acción organizada de los trabajadores, dentro mismo de los departamentos autocalificados como “autonomistas” y que actualmente muestra cierto fortalecimiento, esto por las constantes retrocesos del gobierno, que es una prueba palpable de los límites históricos del nacionalismo burgués. Este 25 de enero, esta descontentado que el pueblo mayoritariamente votara por el SI. Una votación que tiene en la clase campesina su sustento más sólido, porque esta ilusionada que por medio de la Ley se incorporará a la ciudadanía y obtendrá derechos políticos, obtendrá reconocimiento como nacionalidades y pueblos indígenas originarios campesinos como parte integrante de nuestro país.... Por todo eso y más, los trabajadores industriales, enfrentados nuevamente contra los*

enemigos de la patria, en defensa de los recursos naturales, en defensa de las empresas y del aparato productivo, por la dignidad nacional y por nuestros derechos sociales y laborales, acompañaremos esta coyuntura, pero con firme convicción de que el referendo no va a modificar en nada la situación política boliviana, que no se resolverá con los votos sino en la calle, en la lucha de clases, donde la clase obrera fabril se constituirá en vanguardia de la lucha social".¹⁷

O correspondente brasileiro do *Le Monde Diplomatique* caracteriza que a nova CPE boliviana revela que “os povos originários estão assumindo um protagonismo crescente na política e obtêm avanços significativos como o respeito a seu sistema judicial. Os horizontes parecem abertos para a constituição de Estados plurinacionais” (na América Latina). A nova Carta aprovada prevê que os indígenas e camponeses bolivianos, que formam a maioria da população, ganhem uma série de direitos e um inédito reconhecimento oficial a valores pré-coloniais que resistiram. Os governos, nacional e regionais, serão obrigados a usar em seus documentos e na divulgação de informação pública o espanhol e a língua indígena predominante na região. Além do espanhol, outros 36 idiomas são declarados oficiais. A cédula de identidade, o passaporte e outros documentos conterão, além da cidadania boliviana, “a identidade cultural” - indígena ou camponesa - de quem assim o desejar fazer constar. Tribunais populares existentes desde antes da invasão dos espanhóis passarão a ter validade jurídica reconhecida.

Para além destas concessões aos “valores culturais originais” – que, para serem instrumento de emancipação, exigiriam eliminar *socialmente* à racista oligarquia boliviana – o sentido profundo

das autonomias foi esclarecido pelo intelectual do governo, o vice-presidente Álvaro García Linera, já antes do referendo, quando, em novembro de 2008 chamou os “opositores” (de direita) a participarem da construção de um Estado autônomo a partir de 26 de janeiro de 2009: “*El presidente Evo ha convocado a conformar una comisión de gobierno y regiones para transitar la ruta de la autonomía. Confiamos en una aprobación del nuevo texto constitucional y una vez que se apruebe el artículo 3 de las disposiciones transitorias, los departamentos de Tarija, Santa Cruz, Beni, Pando, donde ganó el referendo por autonomías el 2006, accederán de manera directa a la autonomía*”. Chamou a um “diálogo para consolidar la autonomía al andar, y no a las malas, sino constitucionalmente”: “*Si va bien Santa Cruz con este tránsito autonómico, eso va a ser luego seguido por los otros departamentos: Tarija, Beni, Pando y luego Cochabamba, La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca; sus líderes no se están dando cuenta que tienen la oportunidad de cumplir un liderazgo nacional a partir de la autonomía constitucional... Al ser implementadas las autonomías constitucionalmente, existirán 36 competencias exclusivas para ser legisladas departamentalmente, siete compartidas y 16 concurrentes a la capacidad deliberativa, fiscalizadora y facultad legislativa del gobierno departamental*”.

Trocando em miúdos, os “departamentos” poderiam realizar, ao menos em grande parte, “constitucionalmente”, o que os levou a deflagrar a movimentação golpista, sendo feita explícita e privilegiada referência a Tarija, Santa Cruz, Beni, Pando, os departamentos dirigidos pela direita onde se situam as principais riquezas petrolíferas

e de gás, os quais pretendem ficar com a parte do leão da renda nacional dos hidrocarbonetos, descontada, não dos royalties das multinacionais, mas dos impostos federais (nacionais). O que sobrar, descontados esses dois itens, poderá ficar com o governo nacionalista para realizar sua política social (e, não por acaso, continua na Bolívia nacionalista e “andina” a miséria previdenciária e o congelamento salarial de professores e funcionários públicos). A nova CPE nada mais seria do que o marco institucional para essa barganha, baseada na continuidade (mitigada e “controlada”) da hegemonia econômica da oligarquia e do capital financeiro internacional.

São os países mais “desenvolvidos” da América Latina os mais afetados pela crise mundial. A “periferia emergente” do capitalismo “global” deve enfrentar, em 2009, pagamentos externos por valor de 8 trilhões de dólares, uma dívida principalmente contraída pelas multinacionais que operam nela, superando em muitos casos as reservas internacionais. Na Argentina, a dívida conjunta, pública e privada, é de US\$ 64 bilhões para 2009; em 2008 se registrou uma saída de capitais de 20 bilhões: uma parte da dívida foi contraída para expatriar capitais. Não é verdade que no ciclo econômico 2002-2007 as nações dependentes se transformaram e credoras no mercado mundial: com o aumento da dívida privada externa, se mantiveram como devedores netos; os superávits comerciais foram a garantia financeira do endividamento privado. O capital financeiro internacional apropriou-se do excedente comercial gerado pelo aumento dos preços e dos volumes exportados. A crise mundial golpeia à América Latina devido à sua fragilidade financeira e comercial, e à sua fraca estrutura industrial.

Os governos da América Latina afirmaram inicialmente que se salvariam da crise devido à “solidez” das reservas dos Bancos Centrais. Mas a queda das Bolsas regionais, a saída de capitais e a desvalorização das moedas deixaram sem base esses argumentos. Propostas como a dos intelectuais reunidos na “Declaração de Caracas”, defendendo o fortalecimento da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e o Banco do Sul, novas instituições econômicas reguladas, e um acordo monetário latino-americano para enfrentar a crise, são crescentemente utópicas. Projetos que não conseguiram avançar durante o período de crescimento econômico, ficam com menos fundamento sólido diante da crise. Mais do que avançar em um projeto coordenado, os diversos países defendem os negócios de seus próprios empresários, como fez Brasil na defesa dos interesses de Odebrecht e Petrobrás nas negociações com Equador, ou na defesa dos plantadores brasileiros de soja no Paraguai (onde são os principais proprietários de terra), incluídos os exercícios militares do exército brasileiro na fronteira e na barragem de Itaipu.¹⁸

O terreno da *entente* política se desenha, e ao mesmo tempo explode, nas propostas de “integração” (americana ou latino-americana). A ALCA era um instrumento de pressão (dos EUA) sobre Europa e sobre as economias em transição para o capitalismo, especialmente a chinesa, lhes opondo América Latina como uma plataforma de exportação dos capitais norte-americanos, mas não dava ao empresariado latino-americano a possibilidade de abrir o mercado norte-americano à sua produção agrícola, eliminando os subsídios aos produtores do Norte. A ALCA foi morrendo em meio à crise mundial de 1997-2002 (crise asiática de 1997, crise russa e brasileira de 1999,

derrubada da Bolsa de Wall Street em 2000). Depois disso, a integração de América Latina à economia mundial escorou-se no aumento de preços das matérias primas e no crescimento do endividamento das burguesias locais (a penetração do capital financeiro na América Latina foi a mais alta da história). Brasil tem agora vencimentos superiores a US\$ 200 bilhões em 2009, o que ameaça quebrar o crédito interno. A rodada de Doha, na qual chegara-se a um acordo do Brasil com Europa e os EUA, entrou em crise pela oposição da Índia e da Argentina. Brasil acordara com os EUA exportar etanol sem impostos desde América Central, em troca da autorização de inversões norte-americanas na indústria dos bio-combustíveis no Brasil. Mas a penetração financeira está prestes a provocar uma explosão econômica generalizada na América Latina, em consequência da saída de capitais. O tûmulo da ALCA foi a Bolívia, quando a luta contra a exportação de gás liquefeito para México e os EUA, através de portos chilenos, se transformou em insurreição nacional, derrubando dois governos.

Os projetos capitalistas “latino-americanos”, por sua vez, entraram em crise com velocidade ainda maior. Gasoduto do Sul, Banco do Sul, entrada de Venezuela ao Mercosul, não saem do papel. A moeda comum Brasil-Argentina não passa de um recurso contábil para compensar saldos de pagamentos externos. A autonomia da ALBA proposta por Chávez é desmentida pelos compromissos simultâneos de seus países com outros acordos. O processo capitalista opera em favor da desintegração de América Latina. Brasil reforçou sua aliança financeira com os EUA, em oposição à decisão argentina e chilena de nacionalizar os fundos de pensão privados. Brasil reduziu o consumo

e o preço do gás boliviano. UNASUR é um projeto da burguesia brasileira para “integrar” uma indústria militar regional sob seu controle, e para impulsionar gastos em infra-estrutura para suas empresas. Mas pôs o Brasil no limiar da ruptura diplomática com Equador, devido às barbaridades trabalhistas e ambientais da Odebrecht (o BNDES respaldou financeiramente a empresa com empréstimo de US\$ 243 milhões, que o Equador foi condenado a quitar). Evo Morales nacionalizou o consorcio petrolero Chaco, onde atua a empresa argentina Bidas, devido à negativa daquele em aceitar os termos das nacionalizações bolivianas. As bandeiras “integracionistas” são ficção política. Depois do abraço entre Chávez e o assassino colombiano Uribe,¹⁹ numa reunião em Santo Domingo, que discutiu o massacre do acampamento das FARC no Equador, acentuou-se a cooperação entre Venezuela e Colômbia, embora a segunda esteja prestes a realizar um tratado de livre comércio com os EUA. O nacionalismo burguês fracassa novamente, no marco de uma crise mundial inédita.

Com a crise mundial (e com Obama) reclama-se o “fim da guerra fria na América Latina”. O apaziguamento entre os EUA e Cuba, a normalização de Cuba com a UE, serviriam para estabilizar politicamente à América Latina, opondo a integração política de Cuba contra a revolução latino-americana, oferecendo o fim do isolamento de Cuba. O destino de Cuba está, mais do que nunca, inserido no contexto latino-americano, e também na sua própria crise política interna, contextos que o governo de Raul Castro tenta “navegar” propondo uma espécie de “via chinesa”, com um papel central das Forças Armadas (que controlam mais de 60% da economia cubana). O destino de Cuba não depende centralmente

de Lula e da diplomacia dos EUA e da UE, mas da luta política em Cuba e da luta de classes mundial.

A sucessão de Fidel Castro enfrenta enormes dificuldades: alta dos preços das matérias-primas agrícolas, gravidade dos desastres provocados por três ciclones consecutivos, crise econômica mundial, baixa do crescimento cubano, e forte dependência das importações, fraca produtividade, dualidade monetária e hiper-centralização burocrática. As margens de manobra financeira para implementar as mudanças anunciadas em 2007 com o objetivo de modernizar o aparelho produtivo são limitadas. Em 2008, as importações de alimentos e petróleo representaram US\$ 5 bilhões, o que corresponde à metade do atual potencial de exportação de Cuba, incluindo a comercialização de bens e serviços à Venezuela. A descentralização dos circuitos agrícolas, o usufruto das terras concedido a pequenos camponeses, a “substituição de importações” apoiada na agricultura privada e a nova política de salários apontam a reativação de uma “economia de mercado”, que cria as bases para uma restauração capitalista.²⁰ Os trabalhadores passaram a ser pagos de acordo com sua produtividade, com seu salário-base fixado sem consulta às grades salariais nacionais. Diversos sistemas de remuneração começam a coexistir nas empresas.

Mas o contexto para desenvolver uma transição ao capitalismo, como a ocorrida em Rússia e na China, mudou internacionalmente. Esses países já entraram em grave crise; o mercado mundial tornou-se estreito demais para admitir um novo competidor (embora pequeno, como Cuba). A libertação das forças produtivas em Cuba (seu trabalho e capacidades manuais e intelectuais) não pode se produzir pelos métodos do capital

mundial, mas deve produzir-se, porque as expectativas das novas gerações são mais altas que as das precedentes. O contexto ideológico internacional não mais é o do “fim do comunismo”, como em 1989-1991. Reivindicar o fim do bloqueio norte-americano e o reconhecimento incondicional da autodeterminação nacional cubana (começando pela devolução de Guantánamo e a saída das tropas ianques) pode hoje por Cuba em contato direto com a rebelião social latino-americana, não só com o capital mundial.

As FARC colombianas viraram fator de crise política internacional, incluindo a mobilização bélica regional. Chávez apoiou a “troca humanitária” de reféns e o reconhecimento do caráter de força beligerante das FARC, para depois convidá-las a se desarmar e libertar incondicionalmente seus reféns, se reconciliando com Uribe. Surge assim uma pressão para o desarme unilateral das FARC. A experiência de “luta armada” das FARC (que chegaram a controlar quase um terço do território colombiano) está politicamente esgotada, mas isto está sendo usado para dar uma vitória política aos paramilitares colombianos que entraram no governo, com Uribe na cabeça, para apagar seu passado criminoso e se reciclar no “estado de direito”. Na América Central, as guerrilhas abandonaram as armas para se somar à “política institucional” (burguesa) e gerir o Estado capitalista. O balanço político dessa experiência torna-se imprescindível.

A luta imediata, na América Latina, é para por fim ao bloqueio contra Cuba, ao Plano Colômbia e à ocupação militar de Haiti pelas tropas da Minustah, enviadas pelos governos de Lula, Kirchner, Bachelet e Tabaré Vázquez. A perspectiva, que a crise mundial põe na ordem do dia, é a da unidade socialista da América Latina,

baseada no poder político independente e direto dos trabalhadores urbanos e rurais, a única capaz de realizar a “integração” que abriria uma nova perspectiva histórica para os povos de nossa pátria comum.

T & M

Texto recebido em setembro de 2008.
Aprovado para publicação em outubro de 2008.

SOBRE O AUTOR

Professor Titular na USP. Doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/França). É Pós-Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor visitante na Università di Roma “La Sapienza” (ROMA 1/Itália), na Jadavpur University (JU/Índia) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e professor colaborador na Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne/França). É autor e/ou organizador de 54 livros publicados no Brasil e no exterior. É docente no Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP.

NOTAS

¹ As declarações de Chávez a respeito da vitória de Obama foram contraditórias. A base para uma “aproximação” dos EUA com Chávez (depois da catástrofe diplomática dos EUA na Venezuela, em 2002) seria uma chantagem econômica. A queda dos preços do petróleo ameaça a sobrevivência dos programas sociais do governo venezuelano. Para aumentar a produção, o governo precisaria das companhias de petróleo estrangeiras. Em face do colapso dos preços e de uma queda na produção doméstica, o governo começou a solicitar ofertas de algumas das maiores companhias de petróleo, entre elas Chevron, Royal Dutch-Shell e Total, acenando com o acesso das mesmas a algumas das suas maiores reservas de petróleo, para escorar a PDVSA. Nos últimos anos, Chávez deu preferência a parcerias com companhias nacionais de petróleo de países como Irã, China e Bielo-Rússia. Mas essas *joint ventures* não conseguiram reverter o declínio da produção local. O processo ganhou impulso com o início da avaliação dos planos das companhias interessadas para novas áreas na Faixa do Orinoco, com estimados 235 bilhões de barris de petróleo de reserva. Mais de US\$ 20 bilhões em investimento poderiam ser necessários para montar os complexos capazes de produzir 1,2 milhão de barris de petróleo por dia.

² O time de Obama para América Latina não deixa enxergar nenhuma renovação ou “novidade”. Seus membros principais (Dan Restrepo, Robert Gelbard, Jeffrey Davidow, Arturo Valenzuela, Vicki Huddleston), onde abundam sobrenomes “latinos”, são veteranos da administração de Bill Clinton, que já se exerceram nos cargos respectivos.

³ Sem esquecer a ruptura de relações diplomáticas com Israel levada adiante pelos governos de Evo Morales e Chávez durante o massacre em Gaza.

⁴ Que não se contrapõe ao uso da força, mas prefere o uso de “intermediários”, como no caso do Haiti, ou da agressão militar colombiana contra Equador, que terminou numa vitória diplomática dos agressores (e dos EUA). Disse Modesto Guerrero: “*Con el final del conflicto en la Asamblea de la Organización de Estados Americanos (OEA) y la reunión del Grupo de Río realizadas en forma simultánea (el) resultado fue una contradicción que le puede costar caro al continente. Uribe fue salvado y con él, la vigencia de la “Doctrina Patriota” del actual grupo dominante en Washington. Lo cualitativamente nuevo es que esta vez esa Doctrina agresiva la aplica un Estado latinoamericano contra otro igual*”. O Estado terrorista, que possui o segundo exército do sub-continente (depois do brasileiro), foi posto a salvo pela diplomacia “pacifista” internacional.

⁵ Simbolicamente, uma das bandeiras históricas da soberania nacional latino-americana entrou em colapso com a crise mundial. O presidente panamenho Martín Torrijos anunciou que o país assumiu um empréstimo de dois bilhões de dólares para financiar a ampliação do Canal de Panamá, mas esta se enfrenta à pior crise do comércio marítimo mundial desde a década de 1930. A empresa Lloyd's List informou que cinco empresas de transporte marítimo de *containers* reduziram suas rotas devido à recessão econômica mundial.

⁶ Não é demais lembrar que quase toda a esquerda latino-americana, inclusive a que hoje desfila sob os retratos do coronel venezuelano, repudiou a tentativa golpista de Chávez de 1992, e o fez “em defesa das instituições democráticas” da Venezuela - então encabeçadas pelos social-democratas de Carlos Andrés Pérez (ADN) e os democrata-cristãos de Rafael Caldera (COPEI) - podres e corruptas até a medula dos ossos.

⁷ No segundo semestre de 2006, no estado do interior do México, Oaxaca viveu sem governador, sem prefeito, sem Justiça e sem polícia por quase seis meses. Até o final de outubro, 10 mil manifestantes ocuparam prédios públicos e emissoras de rádio, além de acamparem nas principais praças da cidade capital do Estado, no sul do país. A ocupação começou com uma greve de professores em maio e culminou em um levante rebelde. Blindados e centenas de policiais federais foram deslocados para Oaxaca, ocupando o mesmo espaço antes dominado pelos rebeldes. A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) exigiu a renúncia do governador do Estado, Ulises Ruiz. A cidade amanheceu no 29 de outubro cercada por tropas federais. Mas também por barricadas e trincheiras de pneus, que serviam de proteção para os manifestantes dispostos a resistir. A correlação de forças foi desfavorável aos manifestantes. Durante todo o dia, cerca de 4 mil militares, com tanques e helicópteros, desataram uma violenta repressão sobre os professores, indígenas, desempregados, sindicalistas e estudantes. Os choques deixaram como saldo três mortos, incluindo um jovem de 14 anos, e vários feridos. O desmonte da ocupação, que se mantinha por cinco meses, tinha tido início no dia 27, quando paramilitares ligados ao governo de Ulises Ruiz atiraram contra as barricadas dos manifestantes. Nesse dia, dezenas de pessoas ficaram feridas e um voluntário da rede Indymedia, o norte-americano Brad Will, foi morto. Com o isolamento da “Comuna de Oaxaca” Ruiz, que sumiu por quase seis meses da cidade ocupada, encorajado pela maciça presença policial, promoveu uma autêntica caça às bruxas contra os líderes da insurreição.

⁸ E não se trata em absoluto de uma burguesia “industrialista”, “produtiva” ou antiimperialista. Informa o correspondente do *Financial Times* em Caracas que “embora Chávez defina seu credo político como *socialismo do século XXI*, alguns capitalistas, especialmente os do setor de commodities e aqueles que se beneficiam das distorções econômicas, vêm florescendo – *bancos mais especialmente*”. Lamentavelmente, não é nenhuma calúnia que familiares de Chávez se tornaram proprietários de grandes fazendas.

⁹ Na América Latina, a generalização de iniciativas de ajuda social de caráter setorial e emergencial remonta à década de 1990, quando o impacto da chamada globalização somou-se às conseqüências da “década perdida” (1980), gerando um panorama de desemprego e pobreza social generalizados. Segundo estatísticas oficiais, numa população de 530 milhões de habitantes, América Latina contava com 200 milhões de pobres, e 80 milhões de pessoas padecendo fome. Iniciativas como o *Plan Trabajar* da Argentina, o *Bonosol* da Bolívia ou o Bolsa Família do Brasil, foram adotadas por governos do mais diverso signo político. Esses programas são tidos como responsáveis pela estabilidade dos regimes políticos da região.

¹⁰ A dependência em relação às exportações primárias não é só um *fato*, mas também uma *escolha*. Segundo Gudynas: “(Os países latino-americanos) *disfrutaron en el pasado de un excelente escenario económico, con un alto crecimiento económico sustentado por sus elevadas exportaciones. Pero en realidad ese cambio se debía en buena medida a factores externos (alta demanda internacional y elevados precios), y estos gobiernos no aprovecharon esa coyuntura para generar un estilo de desarrollo propio y autónomo. Casi todos los países apostaron por profundizar todavía más la estrategia económica extractivista, donde las estrellas fueron el agronegocio, el petróleo y gas natural, y metales como aluminio o hierro a medio procesar. Incluso Brasil, que se presenta a sí mismo como una economía industrializada, mantiene un perfil exportador donde casi la mitad de los productos que vende son materias primas*”. A escolha não se deve a razões ideológicas, mas a interesses *de classe*.

¹¹ Maurice Lemoine afirma que “os países latino-americanos fortalecem os laços entre si e com o Oriente (e) estão cada vez menos dependentes dos Estados Unidos”, o que significa substituir a análise objetiva pelo *wishful thinking*. O governo brasileiro, por exemplo, pensa poder “navegar” a crise graças aos recordes na exportação de etanol (5,16 bilhões de litros exportados em 2008, de 24,5 bilhões produzidos) e biodiesel, que têm por destino principal os EUA. Os governos “progressistas” latino-americanos vêm batalhando, em diversos fóruns internacionais (OMC especialmente) pela abertura dos mercados dos EUA e da Europa, fortemente protegidos por barreiras tarifárias e não-tarifárias, às exportações primárias da América Latina. A idéia de poder derrotar “o império” com circuitos comerciais alternativos, sem quebrar a espinha dorsal do imperialismo norte-americano (e euro-japones) é utópica.

¹² Na nova Constituição boliviana, o artigo 8º das Disposições Transitórias diz: “*En el plazo de un año desde la elección del órgano ejecutivo y del órgano legislativo, las concesiones sobre recursos naturales, electricidad, telecomunicaciones y servicios básicos deberán adecuarse al nuevo ordenamiento jurídico. La migración de las concesiones a un nuevo régimen jurídico en ningún caso supondrá el desconocimiento de derechos adquiridos*”. Esses “direitos” beneficiam monopólios como Repsol, Total, Petrobras, Shell, Enron (falida nos EUA, esta continua “operando” na Bolívia), Vintage, British Gas, British Petroleum, Canadian Energy y Pluspetrol, que ainda hoje adquirem o gás boliviano pela metade do preço internacional. No setor mineiro, os “direitos adquiridos” são os do consórcio internacional Glencore, do magnata petroleiro suíço israelense Marc Rich, de quem *Time* disse ser “o empresário mais corrupto do planeta”. Desde 2005, Glencore recebeu grandes jazidas, fraudulentamente, do governo de Carlos Mesa.

¹³ Atilio Borón critica a crítica dos EUA à reeleição (de Chávez, Morales, ou de quem seja), em nome do fato de que os EUA apóiam ditadores (como a família real saudita) que se auto-perpetuam indefinidamente no poder. Deixando de lado o fato de que Chávez também se dá muito bem (embora por razões diversas) com as monarquias petroleiras de Oriente Médio, fazer do instituto da reeleição a garantia da luta antiimperialista significa confiscar a independência de classe dos trabalhadores, e a perspectiva de seu próprio poder político. Intelectuais de diversas latitudes, como Toni Negri, ou Tariq Ali (num pitoresco livro chamado *Piratas do Caribe*) também fazem a apologia (tardia) dos regimes nacionalistas. Pouco ou nada se ouviram essas vozes quando uma conspiração patrocinada pelos EUA quase derrubou Chávez, em 2002, ou quando a embaixadora dos EUA (Donna Hrinak) ameaçava com o bloqueio de Bolívia, caso Evo Morales vencesse as eleições. O adesismo intelectual, como o capital, tem aversão ao risco. Precisamos reconstruir uma intelectualidade de esquerda digna desse nome: o papel de uma intelectualidade revolucionária não é a apologia do presente, mas a sua crítica, com vistas a preparar o futuro.

¹⁴ A liderança de esquerda da UNT (União Nacional dos Trabalhadores) da Venezuela, Orlando Chirino, criticou a proposta de emenda constitucional que Chávez submeteu a referendium a 15 de fevereiro: “*A casi cuatro años de las próximas elecciones presidenciales, pero con una crisis económica enorme a la vuelta de la esquina, la enmienda no es la prioridad de millones de venezolanos y venezolanas, que desde hace muchos años venimos sufriendo la brutal ofensiva económica de los capitalistas y las multinacionales, expresada en carestía y desabastecimiento artificial de productos de consumo popular. Las prioridades son otras en esta coyuntura, pues ya sentimos los primeros coletazos de la crisis financiera y económica capitalista que se vive a nivel mundial, la cual el gobierno pretende empequeñecer, mientras somos los de abajo, los pobres, los asalariados, los que sufrimos los despidos, la flexibilización laboral creciente, y pronto veremos los efectos de la caída de los precios del petróleo en nuestro país*”. E acrescentou: “*La propuesta de enmienda demuestra cuál era el trasfondo de la reforma propuesta en el año 2007, pues de las distintas modificaciones a la constitución que se planteaban en aquel proyecto, la única que ha sido rescatada para presentarse a través de esta enmienda es la que permite al Presidente postularse a la reelección sin limitaciones, demostrando claramente cuál es la prioridad de la burocracia gobernante y sus aliados burgueses. En esta ocasión, la propuesta se ha ampliado para beneficiar a gobernadores, alcaldes, y legisladores*”. A 27 de novembro passado foram assassinados Richard Gallardo, Luis Hernández, e Carlos Requena, dirigentes classistas da UNT, que estavam organizando a solidariedade com trabalhadores em luta em Villa de Cura, violentamente reprimidos pela polícia.

¹⁵ Do Informe sobre América Latina ao XVII Congresso do Partido Obrero (Argentina). Na mui declaradamente conservadora revista *Foreign Affairs*, A. J. Herrera e M. A. Latouche, caracterizam o governo de Hugo Chávez como “um novo tipo de organização do poder político [na América Latina] no qual se incorporam os remanescentes do velho personalismo com novos mecanismos de organização política que implicam uma comunhão permanente entre o líder e a massa: uma liderança quase onipresente, mas com um profundo caráter popular, na qual o dirigente se confunde com a massa, se comunica com ela e se mostra como alguém igual a ela”. Certamente, Chávez, Morales ou Correa não representam a reedição dos governos nacionalistas burgueses de Perón, Vargas ou Velasco Ibarra. Mas a sociologia política dos autores patina no ar ao não confrontar as diversas situações históricas em que esses governos emergiram. E ignora que Chávez tentou, sucessivamente e sem sucesso, se dotar de uma base orgânica política própria, através do MVR e do PSUV. O mais importante, porém, é que ao se propor como “novo modelo político” essa suposta simbiose político-social igualitária entre o “líder” e a “massa”, joga-se pela borda toda a tradição, que vai do iluminismo até o socialismo operário, segundo a qual o progresso social e a emancipação humana resultam da livre confrontação de idéias, programas e partidos, ou seja, da participação consciente da sociedade na determinação de seu próprio destino, da consciência de classe traduzida em organização política independente. Contra essa tradição secular se revitaliza, de modo sorrateiro, uma concepção religiosa baseada na “comunhão líder-rebanho” (não por acaso, na Venezuela e alhures, Chávez é por vezes apresentado como a continuação de... Jesus Cristo) enterrada em séculos de luta do movimento democrático e operário.

¹⁶ A nova Constituição (CPE) da Bolívia, proposta pelo governo de Evo Morales, e aprovada com mais de 60% dos votos no referendun de finais de janeiro, resultou da mutilação (através de diversas concessões feitas à direita, separatista ou não, no debate parlamentar e extra-parlamentar) do projeto original do MAS, “debatido nas bases”. Antes que a Constituição fosse votada, governo e oposição negociaram em outubro de 2008 a alteração de dezenas de artigos para viabilizar o referendun. O fato da direita ter chamado a votar “não” obedece a preservar sua capacidade de pressão independente no momento da regulamentação dos artigos aprovados [nos departamentos controlados pela direita, o “não” venceu em Santa Cruz (66%), Beni (69%) e Pando (61%)]. A limitação da propriedade a terra a 5.000 hectares (o que, na Bolívia, é uma superfície enorme) não é aplicável aos atuais proprietários, mas apenas aos futuros. A “família” Hecker possui 288.000 hectares, os Becerra Roca têm 173.000 hectares, e não serão tocados... Para não falar que a Constituição rejeita o direito ao aborto e outras reivindicações progressistas. O chefe da direita boliviana, Jorge Tuto Quiroga, declarou (em *La Razón*, La Paz, 28 de janeiro de 2009): “Com o texto (da Constituição aprovada) não farei uma celebração, mas posso dormir tranqüilo”. Os donos da Bolívia continuam os mesmos. Antes do referendun, em Oruro, organizações camponesas decidiram “rechazar el proyecto de la Constitución Política del Estado modificado en el Parlamento traidor”: “A esta oposición emitida por los campesinos se suman los rechazos de la Universidad Pública de El Alto (UPEA), el último Congreso Departamental de los Campesinos de La Paz, y el Movimiento Sin Tierra (MST) en su último Congreso”.

¹⁷ Faça-se notar também que, entre outros, “o XV Congreso Ordinario de la Provincia Omasuyos de la Federación Sindical de Trabajadores Campesinos Tupak Katari del Departamento de La Paz determinó rechazar la nueva Constitución Política del Estado (CPE) porque no afecta a los grandes terratenientes”.

¹⁸ O conflito Brasil-Paraguai esteve perto das vias de fato, em novembro passado, quando 30 soldados brasileiros em exercício cruzaram a fronteira. O governo de Paraguai acusou o Brasil de “prática e atitude recorrente de confrontação e provocação”: “O incidente, que afeta a nossa soberania, soma-se a episódios muito recentes no mesmo sentido, no que parece uma inexplicável, mas sistemática prática e atitude recorrente de confrontação e provocação”.

¹⁹ Antes de ser eleito presidente, Uribe governou o departamento de Antioquia entre 1995 e 1998. Foi responsável por organizar uma rede de cooperativas de latifundiários (CONVIVIR) que financia milícias paramilitares fascistas contra camponeses, sindicalistas, jornalistas, intelectuais de esquerda e guerrilheiros. Está no poder desde 2002. Ainda como governador Uribe foi o pai da mais poderosa organização terrorista do continente, a Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), do falecido Carlos Castaño e seu comparsa, o milionário Salvatore Mancuso, hoje encarcerado em um presídio de segurança máxima. Esta organização atuou como um autêntico esquadrão da morte na Colômbia e é apenas um dos tentáculos de uma complexa rede envolvendo paramilitares, empresários, juizes e parlamentares. À cabeça de todo este esquema está Álvaro Uribe. Esses dados estão no Arquivo de Segurança Nacional (NSA) dos EUA.

²⁰ Em 1990 só existiam em Cuba sete acordos de associação econômica com o capital estrangeiro por um volume total de 100 milhões de dólares, e esses acordos estavam restritos à área de turismo. Já em 1995, existiam 212 acordos de associação econômica com o capital estrangeiro, com um investimento de 2.100 milhões de dólares, abarcando 34 ramos da economia.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *América Latina en la Encrucijada*. México, Contrahistorias, 2006.

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Chiapas, Planeta Tierra*. México, Contrahistorias, 2006.

ALI, Tariq. *Piratas do Caribe*. O eixo da esperança. Rio de Janeiro, Record, 2008.

ALTAMIRA, Jorge. La oligarquía refunda a Bolivia. *Prensa Obrera* n° 1036, Buenos Aires, maio 2008.

ALTAMIRA, Jorge. Otra capitulación de las burguesías nacionales de América Latina. *En Defensa del Marxismo* n° 35, Buenos Aires, março de 2008.

ALTAMIRA, Jorge. Unidos y dominados. *En Defensa del Marxismo* n° 35, Buenos Aires, março de 2008.

AMOROSO BOTELHO, João C. A instabilidade democrática na América Latina do século XXI. *Mediações*, Londrina, vol. 10 n° 2, dezembro 2005.

Associated Press. *Cuba Lends Private Farmers Unused Land*, abril 2008.

BANKO, Catalina. Redefinición del papel del estado en América Latina. *Cadernos Prolam/USP* ano 2 vol. 1, São Paulo, janeiro-dezembro 2002

BARAHONA, Diana. Obama and Latin America: what he really promises. *Upside Down World*, 3 de dezembro de 2008.

BOEKER, Paul H. (org.). *Transformações na América Latina*. Privatização, investimento estrangeiro e crescimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

BORON, Atilio. Reelectiones buenas y malas. *Alai Amlatina*, Buenos Aires, 27 de janeiro de 2009.

BOSCHI, Renato e GAITÁN, Flavio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. *Caderno CRH* vol. 21 n° 53, Salvador, maio-agosto 2008.

BURBACH, Roger. Orquestando um golpe cívico em Bolívia. *América Latina en Movimiento*, 18 de novembro de 2008.

BUSTAMANTE, Ana M. La supranacionalidad y la descentralización infranacional en la Comunidad Andina. *Cadernos Prolam/USP* ano 5 vol. 2, São Paulo, julho-dezembro 2006.

CAETANO, Gerardo. Mercosul: quo vadis? *DEP* n° 5, Brasília, janeiro-março 2007.

CAIRO, Heriberto. América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e dos movimentos sociais. *Caderno CRH* vol. 21 n° 53, Salvador, maio-agosto 2008.

CALDERÓN, Fernando. Bolívia: mudança política e nova ordem sociocultural. *Política Externa* vol. 16 n° 2, São Paulo, setembro-novembro 2007.

CARDOSO, Eliana. O Brasil e a crise. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 de novembro de 2008.

CARLSEN, Laura. Barack Obama e a América Latina. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, setembro 2008.

CARUSO, Marilea Leal. *Bolívia Jakaskiwa*. Florianópolis, Inti, 2008.

CASTAÑEDA, Jorge. Amanecer en América Latina. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.

CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's deafening silence. *Newsweek*, Nova York, 12 de janeiro de 2009.

CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's turn to the left. *Foreign Affairs* vol. 85, n° 3, Nova York, maio-junho 2006.

CÉSAR, Julio. FARC-EP: a imagem da guerrilha. *Mediações*, Londrina, vol. 10 n° 2, dezembro 2005.

CHACON, Vamireh. *O Mercosul*. A integração econômica da América Latina. São Paulo, Scipione, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina e a Globalização*. São Paulo, Prolam/FFLCH/USP, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. Crise econômica e movimentos sociopolíticos na América latina. *Cadernos Andes* n° 21, Brasília, novembro 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas sociais focalizados no Brasil: uma abordagem crítica. In: *www.gtehc.pro.br*.

- COGGIOLA, Osvaldo. *Rojo Amanecer*. Lucha de clases en América Latina en el siglo XXI. Buenos Aires, Razón y Revolución, 2006.
- CUÉLLAR ARRIAZA, Mario. *El Fraude: la Capitalización*. Santa Cruz de la Sierra, Imprenta Universitaria, 2007.
- DE LA TORRE, Augusto. A crise global e a América Latina. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 de novembro de 2008.
- DEARE, Craig. La militarización en América Latina y el papel de Estados Unidos. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 3, México, 2008.
- DELGADILLO, Javier e TORRES, Felipe. México, más liberalismo, menos territorio. *Cadernos Prolam/USP* ano 5 vol. 1, São Paulo, janeiro- junho 2006.
- DUARTE VILLA, Rafael. Limites do ativismo venezuelano para a América do Sul. *Política Externa* vol. 16 n° 2, São Paulo, setembro-novembro 2007.
- EDWARDS, Sebastián. *Crisis y Reforma en América Latina*. Buenos Aires, Emecé, 1997.
- EGUIZÁBAL, Cristina. La política centroamericana de Estados Unidos. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo e GRIFFITH-JONES, Stephany. *Las Nuevas Corrientes Financieras hacia América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- FUENTES, Claudio. Fronteras calientes. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 3, México, 2008.
- GANDÁSEGUI, Marco A. Obama, crisis y América Latina. *Alai Amlatina*, 9 de dezembro de 2008.
- GANDÁSEGUI, Marco A. Panamá: La ampliación del Canal enfrenta “colapso”. *Alai Amlatina*, 29 de janeiro de 2009.
- GARCIA, Enrique. A integração da infra-estrutura na América do Sul. *DEP* n° 5, Brasília, janeiro-março 2007.
- GAUDICHAUD, Frank. *Le Volcan Latino-Américain*. Paris, Textuel, 2008.
- Gobierno llama a opositores a construir Estado autonómico desde el 26 de enero. *Agencia Boliviana de Información*, La Paz, 29 de novembro de 2008.
- GÓMEZ, José M (org.). *América Latina y el (Des)Orden Global Neoliberal*. Buenos Aires, Clacso, 2004.
- Grupo São Paulo. *Petróleo e Matriz Energética Mundial*. São Paulo, 13 de janeiro de 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. Crisis económica y crítica al desarrollo extractivista. *Alai Amlatina*, Montevideo, 14 de janeiro de 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. Urgencias y demandas de la integración regional en América Latina y el Caribe. *Alai Amlatina*, 12 de dezembro de 2008.
- GUERRERO, Alejandro. No hay reforma, menos revolución agraria. *Prensa Obrera* n° 1066, Buenos Aires, 4 de dezembro de 2008.
- HABEL, Janette. Cuba: em busca de um novo modelo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, janeiro 2009.
- HERNÁNDEZ, Rafael. ¿Tendrá Estados Unidos una política latinoamericana y caribeña que incluya a Cuba? *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- HERRERA, Antonio J. e LATOUCHE, Miguel A. Hugo Chávez: personalismo revolucionario en formato democrático. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 3, México, 2008.
- HYLTON, Forrest. *Colombie: les Heures Sombres*. Paris, IMHO, 2008.

- INSULZA, José Miguel. A OEA e a solução da crise Colômbia-Ecuador. *Política Externa* vol. 17 n° 3, São Paulo, janeiro-fevereiro 2009.
- ITURBE, Alejandro. Chávez e o “socialismo do século XXI”. *Comunicação & Política* vol. 25 n° 3, Rio de Janeiro, setembro-dezembro 2007.
- KAHHAT, Farid. ¿Guerra fría en los Andes? *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 3, México, 2008.
- KINZER, Stephen. Life under the Ortegas. *The New York Review*, 12 de junho de 2008.
- LAPIERRE, Georges. *La Commune d'Oaxaca*. Paris, Rue des Cascades, 2008.
- LEMOINE, Maurice. América Latina solta as amarras. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, novembro 2008.
- LEMOINE, Maurice. Colômbia x Venezuela: a grande manipulação. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, julho 2008.
- LOPESA, José R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. *Caderno CRH* vol. 21 n° 53, Salvador, maio-agosto 2008.
- LOWENTHAL, Abraham F. Como mejorar la cooperación con las Américas. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- MACHADO, Eliel. Na contramão do neoliberalismo: sem-terra e piqueteiros. *Mediações*, Londrina, vol. 10 n° 2, dezembro 2005.
- MAIRA, Luis. El próximo gobierno estadounidense y la “América Latina del Sur”. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- MANDER, Benedict. Distorções na economia venezuelana permitem ascensão de “boligarcas”. *Folha de S. Paulo/ Financial Times*, 7 de dezembro de 2008.
- Manifiesto por Ecuador y por la Constitución de un Red Mundial contra la Deuda Ilegítima*, 28 de novembro de 2008.
- MANRIQUE, Luis E. Cuba, segunda parte. *Política Exterior* vol. XXII n° 123, Madri, maio-junho 2008.
- MARES, David R. Los temas tradicionales y la agenda latinoamericana. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 3, México, 2008.
- MARGOLIS, Mac. For America's new Kennedy, a détente with the Castros. *Newsweek*, Nova York, 8 de dezembro de 2008.
- MARTINS CORTADA, Antonio. Fluxos de comércio intra-regionais na América do Sul. *Cadernos Prolam/USP* ano 6 vol. 2, São Paulo, julho-dezembro 2007.
- MONTAÑO, Jorge. México y Estados Unidos: una relación en busca de rumbo. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- NOGUEIRA BATISTA, Paulo. *O Consenso de Washington*. São Paulo, Consulta Popular, 1994.
- NUNES, Ivanil. Integração ferroviária sul-americana: porque não anda esse trem? *Cadernos Prolam/USP* ano 6 vol. 2, São Paulo, julho-dezembro 2007.
- ORZUA DE LA SERNA, Moncerrat. *Reforma, Restauración o Revolución*. Sucre, Dialécticos, 2006.
- OVIEDO, Luis. *Una Historia del Movimiento Piquetero*. Buenos Aires, Rumbos, 2001.
- Partido Obrero. *América Latina y la Bancarrota Capitalista Mundial*. Buenos Aires, janeiro de 2009.
- PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo, Boitempo, 2008.

- PEREZ LLANA, Carlos. Argentina: o balanço da gestão Kirchner. *Política Externa* vol. 16 n° 2, São Paulo, setembro-novembro 2007.
- Petróleo e Matriz Energética Mundial*. Grupo São Paulo, 13 de janeiro de 2009.
- PIMENTEL, Spensy. Novos protagonismos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, dezembro 2008.
- PRECIADO, Jaime. América Latina no sistema-mundo. *Caderno CRH* vol. 21 n° 53, Salvador, maio-agosto 2008.
- RAMIREZ, Rafael. Plena soberania petrolífera. *DEP* n° 5, Brasília, janeiro-março 2007.
- RATH, Christian. Sobre la situación latinoamericana. *Boletín Internacional* n° 29, Buenos Aires, outubro 2008.
- RIESCO, Manuel. Séisme sur les retraites en Argentine et au Chili. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro 2008.
- RODRIGUEZ-LARRETA, Aureliano. Suramérica, ante el populismo y la dispersión. *Política Exterior* vol. XXII n° 123, Madri, maio-junho 2008.
- ROMERO, Simón. Chávez quer volta de petroleiras. *O Estado de S. Paulo / The New York Times*, 16 de janeiro de 2009.
- ROSSI, Clovis. Equador expõe divisão sul-americana. *Folha de S. Paulo*, 29 de novembro de 2008.
- RUBI, Arnaud. Venezuela: analyse sans tabou des résultats électoraux du 23 novembre 2008. In: *www.investigacion.org*, 7 de dezembro de 2008.
- SALAMA, Pierre. Argentine, Brésil, Mexique, face à la crise internationale. In: www.investigacion.org.
- SANTISO, Javier. América Latina em 2009: acabou a festa. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 de janeiro de 2009.
- SENNES, Ricardo. Las relaciones Brasil-Estados Unidos: un acuerdo tácito. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- SHIFTER, Michael e JOYCE, Daniel. Bolivia, Ecuador y Venezuela, refundación andina. *Política Exterior* vol. XXII n° 123, Madri, maio-junho 2008.
- SILVA BARROS, Pedro. Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana. *Cadernos Prolam/USP* ano 5 vol. 2, São Paulo, julho-dezembro 2006.
- The US-Mexican border. *The Economist*, Londres, 4 de outubro de 2008.
- TICKNER, Arlene. Colombia y Estados Unidos: una relación “especial”. *Foreign Affairs Latinoamérica* vol. 8 n° 4, México, 2008.
- UMBELINO, Ariovaldo. Lula dá adeus à reforma agrária. *Brasil de Fato*, São Paulo, 8 de janeiro de 2009.
- VIGNA, Anne. As guerras mexicanas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, novembro 2008.
- WEISBROT, Mark. Obama should make a clean break with the past in Latin America. *América Latina en Movimiento*, 3 de dezembro de 2008.
- WILKINSON, Stephen. Do período especial à ascensão de Raúl. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, julho 2008.
- ZELADA, Federico (org.). *Análisis y Alternativas del Nuevo Proyecto de Constitución del Estado*. La Paz, Universidad Pública de El Alto, 2008.